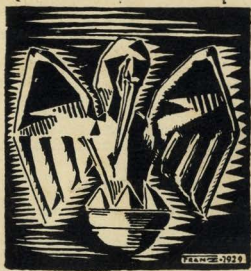

Política



1 9 2 9

Ano I

N.º 8

SECRETARIO DE REDACÇÃO — *Antonio do Amaral Pyrrast* (F. D. U. L.)

ADMINISTRADOR — *H. de Mendonça Dias* (F. D. U. L.)

EDITOR — *Fialho Barreto* (E. S. M. V.)

PROPRIEDADE—SOCIEDADE NACIONAL EDITORA, LTD.^a (Em organização)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua do Sol a Santa Catarina, 40-A, 1.º

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Tipografia Inglesa, L.^{da} — Rua Eugénio dos Santos, 118 — LISBOA

SUMARIO

Sindicalismo agrário fascista . . .	<i>José-Pequito REBELO</i>
as duas Alemanhas	<i>Franz-Paul LANGHANS</i>
a Anti-Nação—IV	<i>Ruy d'ALMARGEM</i>
à margem d'um Livro	<i>L. Ramos ASCENÇÃO</i>
de Letras	<i>Elmano de LAGE</i>
ao ritmo da Ampulheta	

ASSINATURAS

(Cada serie de 10 numeros)

Continente e Ilhas	10\$00
Provincias Ultramarinas	15\$00
Estrangeiro	20\$00
Numero avulso	1\$50

Este numero foi visado pela Comissão de Censura

Política

REVISTA QUINZENAL

ORGÃO DA JUNTA ESCOLAR DE LISBOA DO INTEGRALISMO LUSITANO

Director — A. de Mendonça-Dias (F. S. U. L.)

Lisboa, 31 de Outubro de 1929

Sindicalismo agrário fascista

A PROVEITEMOS este período em que a vida nacional tem de recolher-se á estrita disciplina do saneamento, da economia rigorosa, do restabelecimento financeiro, para o trabalho de doutrinação que seja a base de futuros desenvolvimentos, de uma política de largas e fecundas realizações. Debelada a crise quasi mortal, virá um reflorescer de vida, a perene essência nacional requererá novas formas, a nova vida garantirá a própria duração numa nova ordem.

Qual essa ordem nova no campo importantíssimo da agricultura, que princípios dela poderemos desde agora advinhar, por analogias da Itália e da Espanha, por auscultação do nosso próprio génio nacional?

Roma! Desçamos a Via Vittorio Veneto, o alegre vestibulo da severa cidade, com seus luxuosos hotéis cosmopolitas, e o continuo deslizar das gentes estrangeiras que o animam: a meia descida, á esquerda, ostenta-se a fachada nobre, vasta e ao mesmo tempo graciosa do Palácio Mayherita, que de palácio real passou a ser a casa-mãe da agricultura, Italiana, a sede da *Confederação nacional fascista dos agricultores*.

Mobilíssima sede, mostra bem que a agricultura no regimen fascista não é desprezada, a sua organização central, a sua representação metropolitana, instala-se com uma opulência significativa. Lutemos; receber-nos há, por exemplo, o secretario geral da confederação, um jovem fascista que ao entrarmos levanta o braço, saudando á romana e nos diz todo o prazer que aquella organização fascista sente de se mostrar aos estrangeiros que veem estudá-la. Pouco depois, amavelmente pilotados, percorremos todo o edificio, as várias repartições e secções, tôdas instaladas no ambiente principesco, e tôdas nos dando a impressão de uma organização sábia e perfeitissimamente architectada. Depois, num gabinete, é-nos oferecida uma rima das últimas publicações da confederação, estatutos, documentação diversa que ilustra tanto

POLITICA

a sua constituição, como o seu funcionamento. E antecipando-se ao estudo que decerto faremos mais tarde dessa interessantíssima collecção de documentos, o nosso joven interlocutor com laconismo e com energia fascista nas suas palavras, dá-nos fórmulas sintéticas:

A *confederação nacional fascista dos agricultores* é a única organização nacional reconhecida pelo Estado fascista que enquadre e tutelé os dadores de trabalho agrícola (a par existe a organização fascista dos trabalhadores agrícolas). A sua finalidade é-lhe marcada pelo seu Estatuto nos dois ramos seguintes de actividade:

1) Representar os agricultores italianos na sua função de dadores de trabalho agrícola e tutelar-lhe, dentro dos limites impostos pelo superior interêsse da nação e pelo conceito fascista de colaboração, os interêsses com respeito ás associações sindicais de operarios agricolas de gra ucorrespondente; 2) Alevar e difundir, até por meio meio da imprensa, o conceito da importância da agricultura na Nação, seja como fonte máxima de riqueza, seja como escola de vida simples, sã e moral e isto para que o Povo Italiano se oriente sempre cada vez mais para as suas antigas origens rurais e reciba da vida rústica os elementos fundamentais da sua grandeza; para isso, compete-lhe representar os agricultores italianos e tutelar os seus interêsses morais e materiais em harmonia com os interêsses gerais da nação, desenvolver cada vez mais nos agricultores a consciência dos seus deveres e da sua responsabilidade como gestores do máximo património nacional, e obter o aumento da produção agrícola com o abaixamento do custo de produção, por meio de uma acção de fomento técnico e uma intervenção de desenvolvimento cooperativo.

A primeira grande actividade da confederação é, pois, a política social e resume-se na aplicação das normas da *Carta do Trabalho*, «o grande documento da política social do fascismo». Os conflitos sociais, os contratos de trabalho são resolvidos ou estipulados pelas Federações agrícolas provinciais e, na falta de acôrdo, em instâncias sucessivas, pela Confederação, pelo Ministério das Corporações e finalmente pela Magistratura do Trabalho, tribunal colectivo de que não há apelação, e que dá a sua sentença depois de debates em regra com a assistência de elementos técnicos.

A Confederação dispõe na capital de diversas repartições especializadas e de uma federação provincial cada uma das 92 províncias em que se divide a Itália; os agricultores inscritos como sócios nas federações provinciais eram em 1928 500.000, mas tendiam a aumentar continuamente.

Aos agricultores sócios são reservados direitos especiais estatutarios de participação electrica na direcção sindical, mas todos os agricultores italianos, emquanto por lei todos pagam o contributo sindical, têm direito à assistência das federações provinciais.

Para a segunda função, a de desenvolvimento económico e cooperativo, a Confederação dispõe de uma Repartição económica-central e de organismos nacionais (consórcios ou Federação) que congregam as diferentes categorias de interessados e têm as suas repartições funcionando junto da confederação

e outros provinciais funcionando junto da cada federação provincial, por exemplo: as organizações de cultivadores de beterraba, de rizicultores, de canapicultores, de orto-fruti-viticultores, de agremicultores, de olivicultores, a secção de usuários de motores agrícolas, das adegas sociais, das leitarias sociais, dos Tabaquicultores, dos criadores de bichos de seda, de avicultores, de apicultores, de ovinicultores, de criadores de búfalos, consórcios de irrigações, finalmente a Federação nacional dos consórcios agrários.

Esta última federação é a correspondente aos nossos sindicatos de compra em comum de adubos, sementes, ferragens concentradas, anticriptogâmicas, máquinas, etc. O consórcio dos rizicultores teve já uma decisiva acção, normalizando os preços, debelando a crise económica pre-existente.

O «ente nazionale-orto-frutticolo-agrumario» tem tido também uma viva acção, realizando cursos técnicos, estabelecendo observatórios economicos em várias regiões, com representantes próprios para a exportação nas praças de Londres, Munich e Frankfort. As adegas sociais têm moralizado e valorizado muitas qualidades de vinhos e agora estão-se orientando para a mais moderna utilização dos resíduos da vinificação. A secção de motores tem tido a acção importantíssima de oferecer aos agricultores os carburantes e lubrificantes aos preços mínimos.

No campo próprio técnico, a confederação dispõe também de várias entidades e comissões de estudo e de experimentação.

Entre eles o «Littore della Terra» (ente nazionale per la sperimentazione agraria), o «Comitato zooteonico nazionale», o «Comitato per le trasformazione fondiani» «Comissione giuridica», que está estudando um Código rural e finalmente a «Comissione di studi commerciale». Toma a iniciativa de variados cursos; e por fim exerce uma larga propaganda nas massas rurais por meio de «L'agricoltore d'Italia», órgão semanal de grande formato e de grande tiragem (algumas centenas de milhares de exemplares), interessantissimo jornal onde se vê palpar, nas suas multiformes manifestações, a vida nova que o fascismo veiu imprimir á agricultura italiana.

Todos estes detalhes de organização são interessantes, mas mais impressionante é o espírito que lhe preside, espírito fascista, de força, de criação, de realismo, de disciplina unitária e ao mesmo tempo de compreensão das variedades e das diversidades, espírito que bem transparecia nas palavras dos jovens dirigentes do Pallazo Mayherita. Um só pormenor: quando o secretário da organização punha ao nosso dispôr os elementos documentários existentes na repartição de estudos economicos da confederação, acrescentava que êsses documentos se referiam não só a questões agrícolas, mas tambem a questões industriais, porque o ponto de vista fascista é considerar a agricultura, não como inimiga, mas como aliada da indústria, é ter presente sempre e em tudo o conceito da colaboração, a ideia de uma superior unidade nacional...

Apuremos, pois, sinteticamente os caracteres do sindicalismo agrário fascistas: pelo que atraz deixamos escrito é uma organização unitária integral, composita, autoritária super-municipal dinâmica e não materialista; é unitá-

POLITICA

ria, porque tudo subordina ao interesse nacional e em todos os graus da sua acção vai fundindo sempre o interesse comum de ordem superior; é integral, porque se dirige a todos os aspectos da vida agrícola e não só a alguns, como o antigo sindicalismo agrário, que era puramente cooperativo ou de luta de classes; é compósita, porque um salutar realismo para melhor adopção ás condições diversas fazer evitar a excessiva simetria e simplificação, correspondendo as multiplas ramificações á heterogénea finalidade; é autoritária, porque, se mantem em diferente uma da outra a organização patronal e a organização operária (cada vez mais se atermará em regimen fascista esta sobrevivente aparência de luta de classes), a autoridade do Estado ali está sempre pronta a intervir com a sua arbitragem que suprime tôda a guerra possível com o veredictum imparcial, competente e de que não há apêlo, da magistratura do trabalho; é super-municipal e com êste neologismo quero exprimir uma qualidade do sindicalismo agrário fascista que me parece da mais alta importância, o deque a sua jerarquia não começa no grau parochial ou municipal, mas sómente no grau provincial, característico êste a que de novo nos referimos; é dinâmica, porque á maneira fascista aspira a organizar, não um viver agrícola italiano, mas sim um crescer, um desenvolver-se, um conquistar...; é finalmente *não-materialista*, porque considera o papel totalitário da agricultura nacional, não sómente na sua função produtiva material, mas — repetamos a insubstituível expressão do Estatuto — como «escola de vida simples, sã e moral», que pode fazer «volver o Povo italiano ás suas antigas origens rurais e restituir-lhe pela vida rústica os elementos fundamentais da da sua grandeza».

Como característico dominante desta organização, existe, não o esqueçamos, o seu carácter de organização oficial única, que se não pode chamar obrigatória, porque não são obrigados todos os lavradores a pertencer-lhe, mas que é indirectamente obrigatória, no sentido de que todos os lavradores, mesmo não inscritos, para ela têm obrigação de pagar o respectivo contributo, organização oficial que assim praticamente absorve tôda a vida cooperativa da agricultura.

Quando algum dia houvermos de dar realização a um sindicalismo agrário em Portugal, não nos esqueçamos dêstes nobres atributos do agrarismo fascista. Mas vejamos se de Espanha nos vem igual lição.

Na Espanha as condições sociais e também a natureza da dictadura são diferentes. Sociabilidade mais pluralista, mais heterogénea, dictadura menos centralista, exercendo sôbre a massa nacional uma acção plástica menos intensa.

O corporativismo agrícola, que vinha já do regimen antigo, continua em regimen ditatorial, multiforme e heterogéneo: *association de los agricultores de España*, em que predomina a grande lavoura, *confederation catolico-agrária*, em que o corporativismo toma um carácter demófilo e religioso, organizações especializadas como a Associação nacional de olivicultores, organizações locais e regionais, etc.

Por expontânea geração se tinha vindo formando sem unidade de plano

uma rede aliás bastante tecida de sindicatos de vários estilos e de vários espíritos.

Para complicar ainda mais o quadro, recentemente monadero, que era o grande propagandista da *confederation catolico-agrária* recopera a sua independência e lança-se numa nova obra as suas *ligas de camponeses*, com a finalidade de dar ele aos pequenos camponeses aquela justa representação de interesses que, segundo a *confederation catolica-agrária* não lhes podia dar lididamente.

Lançou mão a ditadura de todos estes coexistentes sistemas de organização, que desconxamente se avizinham e compenetravam, para com os elementos aproveitáveis de todos eles construir o novo edifício agrário?

Não, nisso não foi semelhante ao fascismo. Não tocou na sua organização; mas ajuntou à vida agrária espanhola um novo sistema: a chamada *organização corporativa da terra*. Mas não se trata de uma organização unitária, totalitária, integral, á fascista, com a finalidade de resolver o problema total da agricultura, mas apenas de uma organização de arbitragem para os conflitos sociais da agricultura. Na organização fascista aparece também o aspecto da arbitragem social, mas como uma parte do conjunto geral, e mais como uma nova disciplina que sem custo triunfa das desordens passadas sob o império da nova concepção social. Em Espanha é uma complicada organização *paritária* em que por assim dizer são declarados legais e crónicos o conflito ou a discórdia entre Patrões e operários, entre Senhores e Rendeiros, entre agricultores e industriais de indústrias conexas com a agricultura, pois que a respectiva composição dualista existe nos três grupos corporativos formados pelo decreto-lei de 12 de Maio de 1928, a corporação do trabalho Rural, a corporação da Propriedade Rústica, e a corporação da Indústria agrícola. Esta organização tem uma simétrica jerarquia, que vai desde o mais baixo degrau administrativo: comités paritários locais, até á comissão Delegada dos conselhos de corporações agrícolas, que é a instância suprema.

Os comités paritários locais são constituídos por eleição das classes respectivas, determinadas num senso adrede, e os instáveis superiores vão-se formando por delegações de inferiores. Membros estranhos ás classes em presença e indicados pelo Estado, constituem o elemento de desempate.

Esta organização é a face agrária do célebre Estado corporativo do ministro do Trabalho da Ditadura Espanhola, Annós Peréz, tentativa social arrojada, que Mr. Albert Thomas elogiou no «Bureau International du Travail», de Genebra, mas que os bons princípios nacionalistas condenam, por representar uma indireta homenagem e aceitação á ideia marxista da existência de classes económicas, por aparecer em certa maneira obra do mau espírito político (sobretudo numa ditadura) de armar á popularidade dos «avançados» experiências sociais... E pior ainda o aspecto de tomar um princípio, de tão duvidosa eficiência no campo industrial, extensivo á agricultura, que, sublinhe-se este princípio que reputamos fundamental, nesta matéria deve ficar para todo o sempre livre de uma qualquer assimilação ás indústrias transformadoras.

*

* *

Seja-nos permitido lançar aqui, talvez audaciosamente, algumas ideias sobre organização agrária que nos são sugeridos pelo variado panorama social que ultimamente nos tem sido dado contemplar, e ainda pela ideia de que cada país se deve entregar no assunto ao seu génio próprio, sem excessivas subserviências de imitação. Ora ponhómos como primeiro princípio — já acima anunciado — que à agricultura se não devem generalizar as regras do sindicalismo industrial.

Não só porque a agricultura, forma económica mais originária e mais nobre não deve em nada subordinar se à indústria, mas ainda porque a agricultura não precisa nem da mesma maneira, como a indústria, do corporativismo: a influência fixadora, delimitadora, pacificadora que a corporação deve exercer na indústria, ou no comércio sobre os elementos da produção e do trabalho, recebe-os a agricultura naturalmente do elemento que constitue a sua essência fundamental — a Terra. Porque é que na idade-média o corporativismo era industrial e não agrícola? Porque a terra, o território organizavam naturalmente a agricultura pela instituição da propriedade, pela jerarquia feudal e pelo município. A supressão do corporativismo pela Revolução pode até considerar-se uma consequência do espírito fisiocrático que, partindo da visão do não-corporativismo da agricultura (na agricultura existe mais, por assim dizer, um corporativismo espontâneo, natural, não artificial) generalizou abusivamente este critério à indústria, generalização excessiva, ilegítima extensão do espírito agrário á matéria industrial, de que hoje temos a contrapartida nesta igualmente ilegítima extensão do espírito industrial á matéria agrária.

O sindicato agrícola é por sua natureza territorial e num país ou numa região agrícola a organização corporativa tende a confundir-se em parte com a organização administrativa: numa região predominantemente agrícola o município pode ou talvez deve exercer as funções do sindicato agrícola. Quero com isto suprimir o sindicalismo agrícola? Não, porque conheço os precedentes e as tendências das sociedades modernas, mas é útil o que fica dito para nos precavermos contra um hiper-sindicalismo, que, por influência abusiva do espírito industrial, pode ter influência nociva na vida agrícola. Confirmação desta orientação (que deve ser entendida em termos hábeis, mais como um espírito de que uma fórmula rígida) encontrámos no facto do corporativismo fascista começar só a organizar-se na esfera provincial, pois na espera municipal há apenas os delegados locais de organização provincial. Outra confirmação se deveria talvez considerar, em Portugal, o estagnamento dos sindicatos concelhios, prósperos aonde encontraram um elemento pessoal que lhes insufla e mantem a vida, decadentes ou inexistentes fora dessas condições. Pelo contrário, as *federações de sindicatos* (regionais ou provinciais) parecem ter melhores condições de vida. Como na Itália deveria

a nossa organização corporativa agrícola começar no grau provincial, embora se permitisse o sindicato concelhio para que pudessem continuar os sindicatos já existentes que são verdadeiramente prósperos? Este paralelo estagnar da vida municipal e do sindicato concelhio não parece indicar que a causa da anémia é só uma e que o remedio um será?

Emfim, o nosso programma seria este: permitindo embora a continuação de tôdas as formas corporativas actualmente existentes, reservaríamos especiais auxílios do Estado para a constituição de um corporativismo um pouco à fascista, começando por estimular o mais possível as federações regionais ou provinciais, e dando-lhe como fecho de abóbada uma organização central, de que por exemplo seria o nucleo a Associação Central de Agricultura, reorganizada; as federações teriam agências, delegações nas localidades; far-se-hiam experiências de fazer exercitar pelos municípios a função corporativa, agrícola, creando em alguns deles pelouros agrícolas, experiências a generalizar, se desse resultado; e por fim esta orientação não impediria a organização (fortemente até impulsionada pelo Estado), de muitos *consórcios*, ou uniões de proprietários visinhos, para a bemfeitoria integral de certa zona, para o uso de certas máquinas, etc., organizações estas que se deveriam considerar antes formas de *propriedade colectiva ou associada* para certos fins, do que propriamente *corporações*.

Eis aqui a fórmula, de esboço extramamente sumário, que em nosso entender deveria orientar o sindicalismo agrário português, fórmula derivada do tríplice critério de não trazer para a agricultura as regras da organização industrial e as suas filosofias económicas *marxistas* ou *individualistas*, de aproveitar os últimos ensinamentos da evolução europeia, sobretudo nessa grande escola de reforma social, que é o fascismo, finalmente, de entender prevalentemente á realidade portuguesa na fixação das regras que se destinam a discipliná-la.

José Pequito REBELLO

Sindicalismo e democracia são dois pólos opostos que se excluem e neutralizam. Os sindicatos são organismos absolutamente antidemocraticos, pelo proprio facto de serem corpos sociaes e agrupamentos seleccionados. Enquanto que numa democratica não contam senão os individuos, sem se conhecer das suas opiniões, no sindicato juntam-se profissionais de determinados officios, e, seleccionados assim, têm aliada dentro d'ele situações desiguais, segundo o seu valor proprio adquirindo uma influencia proporcional á sua actividade e á sua energia.

LUIZ DE ALMEIDA BRAGA

as duas Alemanhas

A Alemanha é formada por uma massa populacional mais heterogénea que a França.

Ainda que unidos e identificados sob determinados aspectos, os Germanos mantêm uma profunda divergência entre si que tem por causa a existência de dois grupos antagónicos, que pela fatalidade das circunstâncias se aliaram — os Germanos Latinos e os Germanos propriamente ditos.

Daí o podermos afirmar claramente que ha duas Alemanhas com as suas civilizações próprias e bem diferentes, como com facilidade se pode atestar se atendermos ás tendências intellectuais e sociais que têm manifestado no decorrer da sua história.

Igual influxo de civilização clássica receberam os Germanos e os Gauleses. Ambos sentiram a actividade de Roma. A Gália o que teve foi uma perfuração mais extensa no seu território. O organismo politico-administrativo dos Romanos assentou arraiais até à Mancha mas não logrou atingir as regiões selvagens do Báltico. Não passou das margens do Danúbio e foi pouco além do Reno.

Enquanto os Gaulezes recebiam em massa a acção lustral dos Latinos, os Germanos só nas suas tribus do sul tiveram essa felicidade.

Foi duma mesma aspiração que saíram a França e a Alemanha. Carlos Magno e Otto quizeram fazer ressurgir de novo o Império Romano.

Estas tribus do sul, fixadas nas férteis regiões Renanas e Danúbicas, formaram a Alemanha Latina que constituiu o Santo Império Romano Germanico e mais tarde depois de fragmentado, a Austria, a Baviera e outros pequenos estados.

As tribus nórdicas — longe da influéncia Romana, cujos efeitos só muito superficialmente sentiram e isso mesmo duma maneira indirecta — vieram a formar o que chamaremos Alemanha Germanica, por manter determinadas características de ordem intellectual e social que a coloca num campo oposto à Civilização Latina.

O afastamento em que se encontrava dos grandes centros culturais e religiosos e o contacto repetido com as populações eslavas, fez com que no decorrer da Idade Média, o seu aspecto tomasse uma fase bem diversa dos alemães do sul, então plenamente integrados na Ordem Romana e na religião Católica.

A Prússia é o Estado principal desta Alemanha Germanica, que pelo papel predominante que vem a desempenhar se torna interessante para a análise da divergência intrínseca da raça teutónica.

Existem portanto duas Alemanhas literalmente diferentes uma da outra que marcaram bem o seu caminho no decurso dos tempos, acompanhando

segundo as suas tendências, as transformações porque a Europa tem passado.

Mesmo se consideramos estrutura do Paiz — ao norte, plano, árido, vago e melancólico que faz já antever as estepes imensas; e ao sul, montanhoso, verdejante, florestal, cheio de vida e de beleza, com o seu Reno, a Floresta Negra, a Jung Frau e o Danúbio, a natureza em manifestação exuberante — notamos imediatamente a influência decisiva destes antagonismos geográficos na formação étnica dos alemães.

Já a Alemanha Latina entrada no concerto das nações, tinha a sua história, e já o Santo Imperio se tinha desmembrado, quando a Alemanha do Norte — a Barbara — toma personalidade, fazendo imediatamente surgir os sinais das suas origens, que o tènue contacto com os latinos não conseguira apagar.

Estamos na Reforma.

A rebelião de Lutero, favorecida pelos factores de divisão existentes no fundo da alma germânica, separa definitivamente as Alemanhas.

Começa então a grande lucta entre o espírito clássico e o espírito barbaro. Entre a Razão e os Sentidos. Lucta esta que forma a tragédia da raça alemã, ora em estado latente, ora aparecendo terrível, destruidora, numa ameaça que muitas vezes ultrapassa as próprias fronteiras, indo ferir os estranhos.

Inimigo irreductível Razão — esse legado sublime do Génio Grego — Lutero, um puro Voluntário como afirma J. Maritain, elaborou a sua doutrina de desordem, baseando-se na confusão, aliáz natural no seu espírito, do *individuo* e da *pessoa*. Viu ele no homem só aquelas faculdades affectivas e sensitivas que o torna parte componente do todo universal como um animal ou uma planta, e é considerando-o a travez deste prisma deformador, que concluiu seu *individualismo espiritual*.

A heresia protestante, estabelecendo uma ordem de ideas religiosas cuja substância é a negação do equilibrio racional da cultura antiga, demonstrou-nos em quanto contribuiu para o desenvolvimento destas ideas, o estado de barbaria em que se achava parte da Alemanha.

Seguindo a trajectória do Pensamento, encontramos os polos das duas civilizações germânicas nas figuras de Kant, o extranho filosofo de Koenigsberg e de Goethe, o clássico poeta renano. O doutrinário da Razão Pura, escuro e desequilibrado, triste e exótico, e o ritmo admirável do *Fausto* cheio na forma de remniscências latinas, distinguem intellectualmente as duas Alemanhas.

Na música mesmo, que é uma das expressões mais evidentes do sentimento, se nota tambem a diferença. Schumann e Schubert. Escolho estes compositores por serem os que apesar de certas afinidades pessoais, melhor distinguem o sentir das Alemanhas.

Em Schumann é o sentimento e são as paixões humanas, a fonte da sua arte.

Em Schubert é o pensamento gerador de ideias que nobilitam o sentimento, o motivo da sua inspiração.

Dois homens cujos destinos foram bem diversos, marcaram na política, as aspirações das Alemanhas.

Um é Metternich, o emulo da Santa Aliança e o outro é Bismarck, o Chanceler de Ferro.

Tendo uma noção nitida do desastre que era para a civilização o triunfo das ideias democráticas e liberais Metternich procurou impedir o seu desenvolvimento e combater todos os que as queriam propagar. A sua actividade foi grande mas como o cancro revolucionário já estava adiantado, o seu intento pouco pode prevalecer. Este inêxito porem, em nada desprestigiou a sua figura. A sua clarividência numa época em que todos os estadistas andavam mais ou menos assombrados com as arrojadas reformas constitucionais, oferece-nos a prova do carácter latino deste homem que via na Ordem, na Autoridade e na Religião, os únicos meios de equilíbrio duma sociedade.

Bismarck, o fundador do novo Império Germânico sob a égide da Prússia, é o tipo acabado do chefe barbaro, ainda que deixe transparecer laivos civilisadores.

Bruto, quando empregava a força, subtil quando a ocasião não era propícia ao uso dela, o Chanceler de Ferro "Prussiano até à medula não é mais do que isto" segundo a definição dum ministro austriaco.

Sendo forçados a admirar a sua tenacidade, não podemos contudo iguala-lo a um J. Cesar ou a um Richelieu. Faltam nele aquelas qualidades que encontramos hoje em Mussolini por exemplo: A actividade creadora que tem o condão de transformar o caos social numa engrenagem bem ordenada.

O seu triunfo foi devido mais ás condições favoráveis do meio em que a sua acção se desenvolveu, do que propriamente ao seu génio político.

Pode vencer a Austria, pode derrotar a França, pode até ser senhor da política continental europeia, mas quando uma luta interna—a *Kulturkampf*—pôs em cheque as suas manigâncias, toda a sua inteligência e toda a sua energia não foram capazes de sustentar os planos preconcebidos tam auspiciosamente.

Trouxe a hegemonia da Prússia o dominio do bloco Germanico sobre o bloco latino e conseqüentemente a luta entre protestantes e anticlericais, defensores da Kultur—que é o sistema racionalista que a nova Alemanha sciente do seu saber, pretende impor ao mundo como civilização—e os católicos, mantenedores da ordem romana. Esta guerra conhecida pelo nome de *Kulturkampf*, pôs de novo em destaque as duas Alemanhas, no momento—é interessante frisar este facto—em que a unificação se tinha consumado. Parecia que enlevados na mística patriótica causada pela recente victoria todos cantassem em unisono as glórias dos Hohenzollerns, mas não, porque lá permanecia como ha-de permanecer para sempre o estigma que divide as duas Alemanhas.

Uma, a Força Bruta, toda mecânica—a Alemanha da *Kultur*. Outra, a Inteligencia, o Génio Creador — a Alemanha do Espirito Clássico.

Por uma perversidade do Destino quem domina é a *Kultur*. Dentro do mundo germânico os latinos estão submetidos aos bárbaros.

Agora, enquanto a Alemanha do Norte — a Racionalista — em ritos dum paganismo selvagem, exórta a adoração à Carne; lá em baixo, no Sul, a Alemanha Católica, Romana e Monárquica, celebra os sublimes mistérios de Oberamergau comemorando a morte de Cristo Redemptor!

Franz-Paul LANGHANS

.....
 Elevada a carcaça do nosso edificio, alicerçado no firme terreno do meio geográfico, do fundo étnico, da natureza humana essencial, planeado pelas medidas da utilidade social, argamassado por um tenaz cimento de autoritarismo e tradicionalismo, é preciso agora assentar uma cupula terminar a nossa organização com um perfeito fecho de abobada.

Existe uma função política suprema, cujas qualidades devem ser: a unidade, a continuidade, a energia, a competência, a intenção nacional, a responsabilidade, a independência.

A necessidade de *unidade* e *energia* de acção proíbe-nos que o órgão seja colectivo; a de *continuidade* aconselhamo-lo vitalício e hereditário; a necessidade de *intenção nacional*, á falta de processo automatico de colocar o mais bem intencionado de todos na função suprema, leva-nos a tornar função do egoísmo do rei o officio supremo, identificando o interesse pessoal dinastico com o nacional; a necessidade de *competencia* (e de uma das suas formas a *previdencia*), que é já satisfeita em parte pela continuidade, pela unidade, hereditariedade que transmite as disposições profissionais, pela educação familiar do príncipe, influa por outro lado uma organização de informação, pela qual entre o rei e a nação e junto do rei existam órgãos consultivos intermediarios que sejam a perfeita representação de toda a realidade nacional, em ser e em vontade; finalmente a *independencia* consegue-se por um rei hereditario e nos limites das suas atribuições, *absoluto* (no sentido etimologico de independente); finalmente a *responsabilidade* efectiva-se, sente-se em uma pessoal real e unica, incomparavelmente melhor do que em uma assemblea. Temos, pois, resolvido o problema do chefe de Estado, do órgão supremo de autoridade, da coacção integrante, da coacção a favor da sociabilidade. Deve ser um Rei hereditario e de poder pessoal, em colaboração com a representação nacional; é isto o que fazem concluir na ordem nacional suprema; as regras gerais de integração, diferenciação, da continuidade, da adaptação dos meios aos fins; é por meio da Realesa que se consegue para uma Patria a unidade, hierarquia, a duração, o bom governo, principios de independência, de força e de gloria.

.....

(José Pequito Rebello — Pela dedução á Monarquia — pg. 83)

a Anti-Nação

IV

O PERIGO MAÇÓNICO

FOMOS bem claros no artigo anterior, apesar da sua má composição tipografica quasi não deixar perceber o que era de nossa lavra e o que era de lavra alheia.

Pelo que dissemos e mostramos se vê que a Maçonaria é um instrumento dócil da Judiaria Internacional.

A Maçonaria que prosegue com perseverança e intelligencia o seu objectivo terá a consciencia de que esse objectivo lhe é inspirado, senão imposto, pelo sionismo, ou julgará prosequir um objectivo seu, que a ela só interessa e respeita?

O que é indubitavel é que há judeus decorados com altos graus maçonicos nas principais lojas do mundo e que, em compensação, há *lojas de que só podem fazer parte judeus*.

E' possivel que um dia analisemos mais detidamente este ponto que se prende com o judaismo Integral, com o implacavel anseio de dominação universal dos judeus.

Anseio que a mistica da raça acalenta e impele, objectivo que se julgam no imperioso devêr de atingir: eles são, à face da sua crença, o povo eleito de Deus.

Talvez que então o criticado gesto de D. Manoel, o venturoso, nos apareça mais logico, necessario e humano do que no-lo apresenta a mentira da historia jacobina. Se é que os tumultos da Romenia e da Hungria em nossos dias, posteriormente já á guerra mundial (em pleno seculo XX, oh! candidos corifeus dos Direitos do Homem), em que centenas de judeus foram massacrados, não indicam claramente, que uma razão sufficiente tiveram então os obscurecidos portuguezes do seculo XVI, como a terão tido por certo os iluminados húngaros e romenos do seculo XX.

*

Mas voltemos á analyse da constituição do Grande Oriente.

A constituição não é um documento secreto, no rigoroso sentido da palavra. Nem sequer tem o prudente aviso, que com frequencia se lê nos escritos maçonicos: *esta publicação não deve aparecer no mundo profano*.

E, no entanto, ela nos basta, apóz uma leitura atenta, para nos revelar toda a ignobil mentira maçonica, para nos capacitar do perigo que a Maçonaria representa.

Tratemos hoje desse perigo. E' do dominio publico, *é voz do povo*, a interferencia oculta da Maçonaria na vida e no governo da Nação.

Pois esta agremiação de fins secretos, que se exime ao controle e fiscalização das autoridades e da lei, que logo no art.º 1.º da sua constituição se declara internacional e que no art.º 7.º firmemente se furta ao reconhecimento da soberania nacional, coërentemente, não destingue, mesmo ao tratar das coisas portuguezas, o voto dos portuguezes do voto dos estrangeiros. Ela é a mais alta aula do anti-patriotismo.

A dentro do seu seio, na paz como na guerra, se encontram em plenitude e igualdade de direitos, a tratar secretamente das coisas da vida portuguesa, portuguezes e estrangeiros.

Querem os leitores vêr?

Art.º 13.º — *«Podem ser admitidos maçons, os individuos de ambos os sexos e de qualquer nacionalidade nos termos da presente Const. e respectivos regulamentos e rituais que satisfaçam ás condições seguintes: . . .»*

E como se isto não bastasse o § 4.º do art.º 14 acrescenta: *«Considerar-se-hão como regulares os Maçons pertencentes ás Potencias Maçonicas estrangeiras quando provem a sua qualidade maçonica.»*

Doutrina ésta que mais adiante o § 2.º do art.º 15 confirma: — *«os Maçons estrangeiros devidamente reconhecidos poderão freqüentar as oficinas deste Or.º. como visitantes, ou fazendo parte dos seus quadros como filiados, pagando neste caso a respectiva cóta.»*

E o que é um maçon regular? E' o proprio texto do citado art.º 14 que no-lo diz:

«São considerados maçons regulares todos aqueles que estiverem em actividade de trabalhos nos quadros das oficinas.»

No art.º 15 enumeram-se os direitos dos maçons. Não se vê nele a minima restrição. Os direitos enumerados são para todos sem destinação de nacionalidade. O proprio Grão Mestre pôde ser estrangeiro.

Art.º 15.º — *São direitos de todos os maçons de obediencia:*

1) — *Igualdade perante a lei;*

3) — *a iniciativa de proposição discussão e votação;*

4) — *votar e ser votado para todos os cargos da Federação e exercer o Referendum nos termos da lei; . . .»*

Mais ainda podêmos ir mais longe. O § 1.º do referido art.º 15 nos indica que há, ou podem havêr, no territorio nacional, no proprio coração do paiz, com conhecimento e em relações com a Maçonaria portuguesa, lojas Maçonicas de potencias estrangeiras:

«O maçon ausente do vale em que está a sua loja pode freqüentar os trabalhos ou sêr membro doutra oficina regular existente no vale da sua nova residencia pertença ella a este Gr. . . Or. . . ou a qualquer Potência Maçonica Estran-

POLITICA

geira sendo, neste caso, considerado como licenciado do quadro primitivo e satisfaz os encargos do novo quadro.”

Dirão agora os espiritos incredulos que tudo isto são conclusões melhor ou pior deduzidas, mas com um bocadinho de parcialidade.

Existirá realmente o perigo que aponto? Não será antes a Maçonaria uma méra sociedade de compadrio e protecção mutua, que se serve do segredo e do misterio como o melhor instrumento de pressão em proveito dos seus filiados? Interessar-se há ela a tal ponto pelas coisas nacionais, de modo a constituir realmente um perigo, dada de mais a mais a *existencia de estrangeiros no seu seio?*

Aqui tem os incredulos a resposta. Houve de 2 a 6 de Abril de 1913 em Lisboa (1) um Congresso Maçonico ao qual e entre outras, foi apresentada a seguinte tese relatada pelo ir. José Victorino Damasio Ribeiro:

“Quais as providencias a adoptar para que a Maç. exerça a sua influencia benefica (?) no mundo prof.: . . .”

Eis parte do relatório do ir. Ribeiro.

.....
“A cada comissão caberia a vigilancia de uma direcção geral ou duma repartição importante e de cada governo ultramarino; comissões especiais ou simples delegados seriam instituidos nas sedes dos Governos Civis e nas terras importantes das provincias, ilhas adjacentes e colonias.

.....
Seria uma vigilancia amplissima ignorada pelo mundo prof.: e uma ameaça permanente contra abusos e traições. . . .”

O ir. Severo Portela em seu nome e no da sua R. L. apresenta o seguinte aditamento.

“Devendo para esse efeito organizar-se sem demora a relação dos ir.: que são funcionarios do Estado.”

agora? Que diz o leitor a esta espionagem em todos os serviços publicos, inclusivé portanto, nos da *guerra marinha e colonias?*

Com que objectivo é feito? Para tór os ir. estrangeiros ao corrente das coisas da vida portuguesa, para que eles possam informar devidamente os Or. estrangeiros?

Já não nos podemos admirar, portanto, que, enquanto as tropas francesas talavam e saqueavam os campos e os lares de Portugal, quando a terra da patria se ensovava no sangue dos portugueses, tombados ás balas e baionetas dos invasôres, máus portugueses, occultos sob o duplo manto do segredo e da treva, se postassem em veneração perante o busto de Napoleão em cujo plinto se colocara o distico: *Salut et respect pour l'Empereur!*

Dona Schlodien bem sabia que tinha razão: não há uma Maçonaria portuguesa, há apenas uma Maçonaria, por cima e contra as fronteiras sagradas da Nação.

Ruy d'ALMARGEM

(1) — Argus — A Maçonaria em Portugal (Cartas da Belgica), pag. 41 e seg.

à margem dum Livro

(Continuado do n.º 7)

A FAMÍLIA DE RAMALHO

BELA monografia duma família, donde se tira uma esplêndida lição contra-revolucionária.

Pretende António Sardinha explicar-nos Ramalho Ortigão, o formosíssimo espírito português de lei que morreu a tempo de saudar com esperança o aparecimento do Integralismo Lusitano, cujo caminho tinha preparado com a sua terrível campanha demolidora dos mitos. Sardinha faz-nos compreender melhor a evolução espiritual do autor de «As Farpas» através dos seus antepassados. Não que creia no fatalismo atávico de que tanto se abusou, mas porque de geração para geração são reservas que se transmitem e se acumulam, o que fazia dizer a Renan, referindo-se aos seus antepassados: «Je sens que je pense pour eux et qu'ils vivent en moi».

Desde aquele avô de Ramalho que em 1816 requeria a carta de familiar do Santo Officio, o que certificava a pureza da sua linhagem, e que mais tarde era fiel à Realeza legítima de D. Miguel I, é sempre uma família devotada aos princípios tradicionais e cuja ascensão social prova não ser verdadeira a afirmação de que só a Revolução Francesa permitiu a elevação de indivíduos que o merecessem pelos seus talentos e virtudes. Em cem anos a família de Ramalho ascende do trabalho salariado a ligações com a nobreza; e se ao princípio ela é composta de mareantes, sapateiros, emigrantes, vem depois os lavradores e os comerciantes, como era o familiar do Santo Officio de que nos ocupámos, e logo em seguida magistrados,, vereadores, militares, etc.

Simplemente, a ascensão familiar na sociedade tradicional nem era fugaz como nos tempos que correm, em que os lares, por força duma legislação criminosa, se pulverizam rapidamente, nem provocava o *arrivismo* com todos os seus inconvenientes. Era uma ascensão segura, com proveito para a Grei, pois importava pesadas responsabilidades. A sociedade de então não tinha o fundamento judaico do lucro, mas sim o da *honra*, que era a lei da nobreza, e que importava um serviço social, assente no sacrificio e no desinteresse.

A ascensão da família de Ramalho foi interrompida com o advento do liberalismo, mas nêle floriram as virtudes do seu sangue purissimo de português sem mescla. Não se explica assim melhor a devoção nacionalista do Ramalho do «Culto da arte em Portugal» e da «Carta de um velho a um novo»?

POLITICA

Por outro lado, a propósito da carta de familiar do Santo Officio concedida a António Joaquim Ramalho Ortigão, António Sardinha, reconhecendo os abusos a que a Inquisição se prestou, salienta também os seus benefícios: garantiu a unidade espiritual da Nação, evitou entre nós as tremendas guerras religiosas que se desencadearam por essa Europa, afastou o perigo semita, que tantas apreensões causa em vários países, e até em espiritos como Jorge Sorel e Fourier (dizia este que «o mais vergonhoso dos recentes vícios da civilização é a admissão dos judeus ao direito de cidade) e, na opinião de Oliveira Lima, a «dignidade da razão» teria succumbido, se «a Inquisição não reprimisse com severidade inabalável os abusos da feitiçaria e do ocultismo, que dificultavam os progressos reais da sciência pelo cultivo e prática dum maravilhoso repleto de superstições grosseiríssimas». Mas a decadência do século XVII? Essa decadência é uma mentira, e a ter-se verificado, não foi por culpa da Inquisição. Só quem não quer pensar é que arranja explicações tão simples. Com effeito, *em Espanha, o século de ouro, que é o século filipino, é tambem o século da Inquisição, sem que a fumarada das fogueiras diminua o esplendor literário desse periodo inequalável... Se a Inquisição representava a defesa do génio autóctone na sua dupla constituição social e religiosa, evidentemente que em nada o debilitava ou deprimia.*

Deste exemplo que nos dá a ascensão da familia de Ramalho, mais se avigora a nossa convicção de que a restauração da instituição familiar é a condição indispensável da restauração de Portugal.

(Continúa)

POLITICA recomenda a todos os seus camaradas e amigos os livros:

“Dois Nacionalismos” — Hipólito Raposo.

“A Realeza de D. Miguel” — D. Miguel Sotto-Maior.

“Da Hera nas Colunas” — António Sardinha.

“A Maior Glória” — Nuno de Montemór

de Letras

Wenceslau de Moraes

Em Tokushima, na madrugada de 1 de Julho de 1929 morreu quasi ignorado dos portuguezes e dos intellectuaes estrangeiros, Wenceslau de Moraes que foi escritor, official da armada e diplomata.

Nascido em Lisboa em 1857, seguiu a carreira da marinha; onde chegou a ocupar o lugar de capitão de fragata, nessa qualidade passou a fazer serviço no Ministerio dos Negocios Estrangeiros, sendo nomeado consul em Kobe.

Mais tarde em 1916 demitiu-se de todos os seus cargos officiaes, mudando-se para Tokushima, pequena cidade provinciana e corriqueira, onde se alojou numa casa modesta situada nos arredores, passando a levar uma vida solitario e sem confortos, não desprovido contudo duma fortuna regular para os seus gastos, ora amanhando o seu jardim, por ele tão belamente descrito no *Bon-odosi*, ora escrevendo as suas cronicas repletas de embevecimento fanático pelo Japão, que ele amou com paixão e enalteceu com delirio.

Escritor de fácil e amena leitura, quasi sempre pouco profundo tocado de quando em quando, de graça analitica, o *Ké-tépin*, o selvagem barbudo assim lhe chamavam os garotos de de Tokushima foi um injusto durante toda a sua vida.

Injusto para com a terra que o viu nascer, injusto para com a religião á sombra da qual cresceu, injusto para com os seus irmãos que tal o não mereciam e injusto para consigo mesmo algumas vêzes.

No Japão, imperio em que os imperadores são filhos do Sol, as arvores estão perenemente em flor e as *gheias* têm o encanto perturbante dos seus olhos obliquos e humildes, passou Wenceslau de Moraes modestamente numa reclusão cheia de silencio e de recolhimento, as décadas ultimas da sua vida extensa em anos e em sofrimento.

Num homem ocidental pela origem, pelo atavismo racico, pelos gosto e pela pouca soberiedade que nos caracteriza nas menores cousas, não é tarefa fácil transplantar a alma e amoldá-la, apezar de ser muito o desejo e grande a boa vontade, a novos gostos, a costumes completamente diversos Wenceslau de Moraes conseguiu isso. Mudou de país, de religião, de maneira de pensar e não mudou de côr de pele certamente porque não poudé fazer. Dêle é este brado: «Não vale a pena viver quando não seja o sol do Dai—Nippon que nos aqueça.»

De todos os escritores que nestes últimos dois quartos de seculo escreveram sobre o Japão ou sobre o Extremo-Oriente, não um estagio emo como Wenceslau de Moraes melhor o comproudeu, mais se lhe dedicou e permitam-me a expressão, mais nele se incrustou. Nem os irmãos Goncourt, os celebres autores da *Soer Philoméne*, que escreveram sobre o Japão, vindo de Paris sentados no seu gabinete de trabalho; nem Loti, o famoso autor do *Madame Crysanthème*, que nele amou e sofreu um pouco com a imaginação, entre o espaço dummas curtas férias enquanto o seu barco fazia um estagio em aguas nipónicas; nem mesmo Farrère, o autor não menos célebre dos *Civilisés* e da *Bataille* que tão belamente descreve o Extremo-Oriente...

De Wenceslau de Moraes hoje apenas restam meia duzia de livros quasi exclusivamente escritos sobre o imperio do Sol nascente; uma sala na Biblioteca de Tokushima representando o decôr intimo do quarto onde o grande escritor passou os seus ultimos dias; e as suas cinzas, num pequeno cemiterio Japonês, onde repousam num abraço eterno, unidas ás de Ko-Haru uma das suas queridas mortas...

Elmano de LAGE

ao ritmo da Ampulheta

AFIRMAÇÕES DA QUINZENA

«A primeira exigência da politica nacional como o primeiro dever dos governantes é o reconhecimento, é o sentimento profundo da realidade objectiva da Nação Portuguesa em toda a extensão territorial da sua Metropole, das das suas ilhas e das suas colonias, em todo o conjunto da sua população—uma realidade historica e uma realidade social.

Nela estão incorporadas e por ela vivem os individuos, as familias, os organismos privados e publicos.

É na unidade resultante da sua integração e da concordancia profunda dos seus interesses, ainda que ás vezes aparentemente contrarios, não há que se para-los ou opô-los mas que subordinar a sua actividade ao interesse colectivo. **Nada contra a Nação, tudo pela Nação.**

Quanto mais profundo é este sentimento da realidade nacional, tanto mais se impõe o desconhecimento das facções, dos partidos, dos grupos, em que se podem encontrar acidentalmente os diferentes individuos. Se se desconhecem não há uma politica de partido, de facção, de grupo, a confundir-se ou a embaraçar a politica nacional; e daqui resultam dois bens: para a Nação, sêr o unico objectivo das preocupações governativas; para os governantes a magnifica liberdade de só servir a Nação.

.....
Diante das ruinas morais e materiais acumuladas pelo individualismo revolucionario; diante das tendencias de interesse colectivo que aqueles provocaram por toda a parte no espirito do nosso tempo; diante das superiores necessidades da Patria portuguesa a reorganização constitucional do Estado tem de basear-se num nacionalismo solido, prudente, conciliador, que trate de assegurar a coexistencia e actividade regular de todos os elementos naturais tradicionais e progressivos da sociedade.

Entre eles devemos especializar a fa-

milha, a corporação moral e economica, a freguesia e o municipio. As garantias politicas destes factores primarios parece-me a mim que devem têr a sua consagração na Constituição Portuguesa de modo que influam directa ou indirectamente na formação dos corpos supremos do Estado. Só assim este será a expressão juridica da Nação na realidade da sua vida colectiva.»

Dr. Oliveira Salazar, Ministro das Finanças da Dictadura Nacional, no discurso de agradecimento da homenagem que lhe foi prestada pelos Municipios de Portugal — em 1.º de 22 de Outubro.

PACIFISMO

Com a morte de Stresemann, vem a proposito algumas considerações a respeito dessas ideias de pacifismo que preocupam e entreteem muita gente.

Paz universal, desarmamentos, guerra fora da lei etc., etc., são termos que andam hoje na boca de todos e nos cabeçalhos dos jornais. Estes termos teem dado aso a basta, bastissima prosa declamatória e a actos capazes de fazerem a hilariedade ao mais sisudo e melancólico dos homens.

Lembre-mos por exemplo, da medida de veras séria do governo britânico que como precaução contra o nefando crime da guerra, mudou a tableta do *War Office* para *Army Office* ou a humanitaria ideia dos impagaveis Yankees que, enquanto o seu parlamento votava um crédito de alguns milhões para a construção de novas unidades navais, destruíam em barda os seus cruzadores e os seus destroyers mas... porque estavam convictos da incapacidade de bélica dos ditos instrumentos de massacre.

Como alto apostolo destes altos idéais surge-nos uma pequenina figura, de de ramo de oliveira na mão e *beata* ao canto da boca, acentado em coxim de puro ouro, na ara sagrada do templo de Génêbra. As multidões reconhecidas prestam adoração a este Bonzo a cuja cabecinha de fragil porcelana, dedo in-

visível imprime movimento afirmativo.

Sim... Sim... Sim...

e a cabecinha oscilando para a frente e para traz, lá vai transmitindo a vontade do Buda celeste.

Os sumos sacerdotes devidamente paramentados recitam os costumados versículos:

—Os alemães não pagarão as reparações.

—A Renania tem que ser evacuada.

—Todos os meios de defeza e de ataque tem que ser abolidos *como causa primordial* das guerras.

E a toda esta cantilena o Bonzo perçioso responde invariavelmente, mecanicamente:

Sim... Sim... Sim...

Então as mutidões prostam-se de face em terra, apáticas e inconscientes.

Por detraz do reposteiro o dedo papudo lá fáz oscilar a cabeça do pobre bonzo.

Só raras pessoas tiveram o privilegio de conhecer o misterio destê dedo papudo. Eu estou no numero dos privilegiados e digo-o sem a minima sombra de vaidade.

Esse digito appendice é o do proprio Buda da Paz, é o do sublime Stresemann que acaba agora de subir ás regiões etereas transfigurado, ante os olhos atónitos dos povos, em pomba immaculada.

Cá em baixo na terra redimida impulsionado ainda pela vontade do Buda Stresemann o Bonzo Briand muito pouco expressivo, *pacificamente* lá vai dizendo com na sua cabeça rudimentar:

Sim... Sim... Sim...

ás forças ocultas inimigas da Latinidade.

DESARMAMENTOS...

Estas palavras constituem o fecho de um belo artigo do Sr. Coronel Freitas Soares num dos ultimos números de Setembro de *O Comercio do Porto*, depois de haver analizado a organização e os progressos do exercito soviético:

"Enquanto que a Sociedade de Defeza das Nações estuda e prepara a redução dos armamentos a Rússia, seu adversario declarado, diz-nos pela boca do falecido Frunse em um discurso por ele

pronunciado na Academia Política Militar:

«O nosso exercito aumenta e melhora contentando-se os nossos inimigos com manter as suas posições. Cada ano decorrido é em nosso proveito; dentro em pouco seremos mais fortes que todos os estados capitalistas.»

O que nos admira é a ingenuidade da Sociedade que se diz de *Defeza das Nações*, quando, de olhos vendados à realidade dos factos e à experiencia da Historia se entretem com sonhos de pacifismo e desarmamentos.

A democracia tornou a Europa inconsciente da civilização que tem a defender, inconsciente da sua missão e dos seus perigos, ridícula portanto.

A Europa em vez de unida pelos principios espirituais que animaram as suas belas instituições, reconhecer a sua força e o seu mérito no laço, indestrutível duma civilização comum, tolera a trivialidade política de Genébra preconizando uma utópica união de cordealidades de almoço.

Se a utopia do desarmamento, por uma hipótese pouco admissível, se realizasse um dia, que responsabilidades viriam a caber à *S. D. N.* pela maneira como procura dar a paz ao mundo, por enfraquecimento das nações civilizadas.

Se a dita sociedade mudasse de nome era preferível. Seria ao menos franca se se intitulasse *Sociedade de Suicidio das Nações*.

Bem faz Mussolini, estadista positivo e clarividente educando e militarizando a mocidade de Italia para a defeza e prolongamento da Latinidade.

G. P. U. EM FRANÇA

O caso ocorrido há pouco em Paris na embaixada da *rue de Grenelle*, veio confirmar a suspeita de ser ali um centro de espionagem soviética, ao qual a incúria e a inépcia do governo da republica deu forças, facilitando o empreendimento através daqueles direitos diplomáticos que tornam invulneravel a pessoa dum representante duma potência estrangeira.

Conhecendo a indole das gentes de Moscou era de prevêr o uso que fariam deste precioso órgão.

POLITICA

O serviço especial da *guelpe* em França é uma organização perfeitíssima que tem irradiações em todos os pontos vitais do Paiz. Nos portos, nas fabricas, nos arsenais, nos quartéis, nos fortes e nos proprios ministerios funcionan *celulas* compostas por individuos da absoluta confiança do encarregado especial deste serviço que consegue assim ter informes pormenorizados que envia aos seus superiores de Moscou por... *Valise diplomatique*.

A tentativa de sequestro do snr. Besedovsky conselheiro da embaixada soviética, mostra bem onde pode ir a ousadia destes senhores da foice e do martelo, que abusando do direito da extraterritorialidade, cometem actos inqualificaveis e criminosos quando alguém, estando ao seu serviço, tem a infelicidade de cair no desgurado do patrão Staline.

A justiça moscovita funciona em pleno coração da França, ante a vista grossa dos Briands e dos Herriots.

Liberdades da Democracia!

Aos nossos leitores que queiram conhecer os segredos da terrível *tscheba*, aconselhamos a leitura do livro "Espions Rouges" do sr. Maurice de Laporte, antigo membro do partido comunista francês.

DESGRAÇAS DE ISRAEL

Quando ultimamente se deram os motins da Palestina por causa do muro das Lamentações, os jornais de todo o mundo salientaram as atrocidades cometidas pela população árabe, nas pessoas e bens dos israelistas.

Salientaram e protestaram, criando uma atmosfera de dó pelos pobres perseguidos do fanatismo maometano.

As colonias judaicas espalhadas por esse mundo organizaram manifestações monstras de protesto e a Gra-Bretanha, protectora do Sion, foi acusada de desleixo por ter dado aso á semelhante e *injustificada* attitude dos arabes, aponta-

dos de defenderem aquilo... que de resto era seu.

Restabeleceu-se a ordem e foi feito um inquérito aos acontecimentos, apurando-se serem os *pacíficos e trabalhadores* israelistas os provocadores dos distúrbios.

Este povo eleito estava armado até aos dentes e as bombas, granadas de mão e espingardas fizeram um bom uso ao seu serviço.

Mas os arabes é que massacraram, incendiaram e destruíram tudo que era deste inocentes cordeirinhos, tam habéis no manejo do vitriolo e tam corajosos quando arremessaram uma bomba de grande potencia sobre a multidão maometana quando esta saía da mesquita de Omar.

É claro que o resultado do inquérito é pouco conhecido e a mesma auréola de martirio continua a envolver os *santos* hebreus da Palestina.

Mas quanto às noticias narrando a ferocidade islamica, vinda nos jornais de todo o mundo?

Como explica-las?

Muito facilmente. Para outra coisa não foi feita a *Agencia Telegrafica Judaica*, com séde em Génèbra.

Oh desgraças de Israel!

XIV CENTENARIO DA ORDEM

BENEDICTINA

No passado dia 16 do corrente, realisaram-se em Braga, as festas comemorativas do XIV centenario da Ordem Benedictina, que decorreram com muito brilhantismo, tendo assistido S. Ex.^a Rev.^{mo} Mons. Beda Cardinale, Nuncio de S. Santidade e os Ex.^{mos} Prelados de Braga, Porto, Angra do Heroismo, etc.

A' Ordem Benedictina, colmeia de santos, de sabios e de artistas, muito deve a Civilização Occidental e muito lhe deve a nossa querida Patria: mais uma razão porque tão notavel acontecimento é registado com jubilo nas nossas modestas colunas.

CABRAL SACADURA

Interno de Cirurgia dos Hospitais Civis

PARTOS—SIFILIS

CONSULTAS—Largo José Fontana, 12-2.º

ÀS 16 HORAS

DR. MÁRIO CARDIA

MÉDICO DOS HOSPITAIS

Doenças das senhoras. Partos. Cirurgia.

Tratamentos pelo rádio e electricidade

AVENIDA DOS ALIADOS, 41, 1.º — PORTO

TELEF. 4907

MIRA DA SILVA

MEDICO

AV. ALMIRANTE REIS, 57-A, 1.º

LISBOA

DR. COSTA FELIX

INTERNO DE CIRURGIA DOS HOSPITAIS CIVIS

CONSULTAS

LISBOA: Rua 16 de Outubro, 33—Tel. C. 2350

ÀS 14 H.

DAFUNDO: R. Paulo Duque

ÀS 17,30 H.

PIANOS SCHWECHTEN

Os melhores entre os melhores

REPRESENTANTES

OLAVO CRUZ, L.^{DA}

L. Trindade Coelho, 6

LISBOA

Não ha CAFÉ como o de

A Paulistana

A VENDA NO

Largo de S. Domingos, 12

e na Av. Fontes Pereira de Melo, 52--52 B
(a abrir brevemente)

AFONSO LUCAS

ADVOGADO

RUA ARCO DO BANDEIRA, 70, 2.º

TELEFONE C. 642

LISBOA

EXAMES EM OUTUBRO

(Admissão á Universidade)

Prepara na secção de sciencias
o conhecido professor de matematica
Reis d'Azevedo

R. DA FÉ, 12, 2.º — TELEFONE N. 3799

MARTINHO NOBRE DE MELLO

ADVOGADO

RUA DE SANTA JUSTA, 82, 2.º

Telef. N. 4952

LISBOA

A. NUNES E SILVA

ADVOGADO

TEL. C. 642

RUA ARCO DO BANDEIRA, 70, 2.º

LISBOA

SOUSA TAVARES, L.^{DA}

LIVRARIA CATHOLICA

Casa fundada em 1866

TELEFONE 1204 T.

220, R. AUGUSTA, 222

LISBOA

Imagens, crucifixos, souvenirs, benetiéres

Livros de missa

Medalhas, gravuras e molduras

Rosarios

Objectos para brindes

Reparações de todo o genero

ENCADERNAÇÕES SIMPLES E DE LUXO

Depositaris do Apostolat de La Priére

